



## CONCURSO PÚBLICO

**21. PROVA OBJETIVA**

## ASSISTENTE TÉCNICO ADMINISTRATIVO I

- ♦ VOCÊ RECEBEU SUA FOLHA DE RESPOSTAS E ESTE CADERNO CONTENDO 60 QUESTÕES OBJETIVAS.
- ♦ CONFIRA SEU NOME E NÚMERO DE INSCRIÇÃO IMPRESSOS NA CAPA DESTA CADERNO.
- ♦ LEIA CUIDADOSAMENTE AS QUESTÕES E ESCOLHA A RESPOSTA QUE VOCÊ CONSIDERA CORRETA.
- ♦ RESPONDA A TODAS AS QUESTÕES.
- ♦ MARQUE, NA FOLHA INTERMEDIÁRIA DE RESPOSTAS, LOCALIZADA NO VERSO DESTA PÁGINA, A LETRA CORRESPONDENTE À ALTERNATIVA QUE VOCÊ ESCOLHEU.
- ♦ TRANSCREVA PARA A FOLHA DE RESPOSTAS, COM CANETA DE TINTA AZUL OU PRETA, TODAS AS RESPOSTAS ANOTADAS NA FOLHA INTERMEDIÁRIA DE RESPOSTAS.
- ♦ A DURAÇÃO DA PROVA É DE 3 HORAS E 30 MINUTOS.
- ♦ A SAÍDA DO CANDIDATO DA SALA SERÁ PERMITIDA APÓS TRANSCORRIDA A METADE DO TEMPO DE DURAÇÃO DA PROVA.
- ♦ AO SAIR, VOCÊ ENTREGARÁ AO FISCAL A FOLHA DE RESPOSTAS E ESTE CADERNO, PODENDO DESTACAR ESTA CAPA PARA FUTURA CONFERÊNCIA COM O GABARITO A SER DIVULGADO.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO DE QUESTÕES.



## FOLHA INTERMEDIÁRIA DE RESPOSTAS

QUESTÃO	RESPOSTA				
01	A	B	C	D	E
02	A	B	C	D	E
03	A	B	C	D	E
04	A	B	C	D	E
05	A	B	C	D	E

QUESTÃO	RESPOSTA				
21	A	B	C	D	E
22	A	B	C	D	E
23	A	B	C	D	E
24	A	B	C	D	E
25	A	B	C	D	E

QUESTÃO	RESPOSTA				
41	A	B	C	D	E
42	A	B	C	D	E
43	A	B	C	D	E
44	A	B	C	D	E
45	A	B	C	D	E

06	A	B	C	D	E
07	A	B	C	D	E
08	A	B	C	D	E
09	A	B	C	D	E
10	A	B	C	D	E

26	A	B	C	D	E
27	A	B	C	D	E
28	A	B	C	D	E
29	A	B	C	D	E
30	A	B	C	D	E

46	A	B	C	D	E
47	A	B	C	D	E
48	A	B	C	D	E
49	A	B	C	D	E
50	A	B	C	D	E

11	A	B	C	D	E
12	A	B	C	D	E
13	A	B	C	D	E
14	A	B	C	D	E
15	A	B	C	D	E

31	A	B	C	D	E
32	A	B	C	D	E
33	A	B	C	D	E
34	A	B	C	D	E
35	A	B	C	D	E

51	A	B	C	D	E
52	A	B	C	D	E
53	A	B	C	D	E
54	A	B	C	D	E
55	A	B	C	D	E

16	A	B	C	D	E
17	A	B	C	D	E
18	A	B	C	D	E
19	A	B	C	D	E
20	A	B	C	D	E

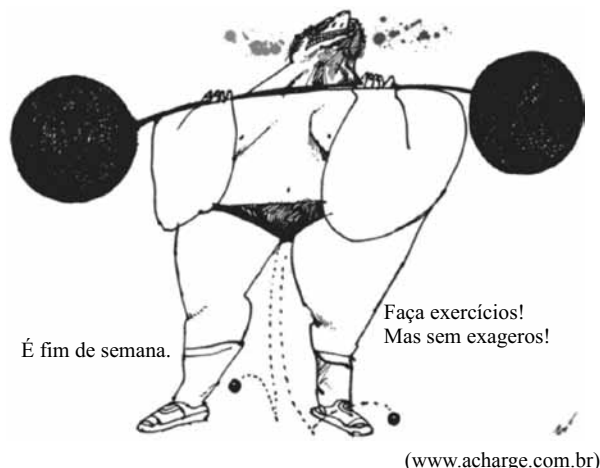
36	A	B	C	D	E
37	A	B	C	D	E
38	A	B	C	D	E
39	A	B	C	D	E
40	A	B	C	D	E

56	A	B	C	D	E
57	A	B	C	D	E
58	A	B	C	D	E
59	A	B	C	D	E
60	A	B	C	D	E

## CONHECIMENTOS GERAIS

### LÍNGUA PORTUGUESA

Leia a charge para responder às questões de números 01 e 02.



01. Analise as afirmações.

- I. A construção de sentido na charge se dá por meio de uma constatação (*É Fim De Semana.*) com base na qual se faz uma sugestão (*Faça Exercícios!*).
- II. A forma verbal *Faça* está conjugada em 2.<sup>a</sup> pessoa.
- III. A conjunção *Mas* estabelece entre as orações uma relação de causa e consequência.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) III, apenas.
- (C) I e II, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

Leia o texto para responder às questões de números 02 a 05.

Todo mundo já sabia que fazer exercícios físicos com regularidade e evitar o consumo excessivo de carnes vermelhas gordurosas ajuda a prevenir a obesidade e o diabetes, mas as explicações sobre por que essas recomendações funcionam permaneciam superficiais. Agora finalmente começa a se entender por quê: a atividade física protege a região do cérebro que regula o apetite, justamente a que é atacada pelas gorduras saturadas, como as encontradas na picanha. De acordo com estudos recentes, alguns deles feitos no Brasil, o efeito benéfico do exercício é similar ao gerado pelo consumo de outro tipo de gordura, as insaturadas da família ômega-3, encontradas em óleos de peixe de clima frio. Emergem daí novas possibilidades de deter a obesidade e o diabetes, em especial o do tipo 2, quando o organismo produz insulina, mas não a utiliza adequadamente.

(Pesquisa Fapesp, julho de 2010)

02. Analisando o texto e comparando-o à charge, é correto afirmar que ambos

- (A) condenam explicitamente a prática exagerada de atividades físicas.
- (B) ressaltam a necessidade dos exercícios nos fins de semana.
- (C) apresentam uma visão positiva da prática de exercícios.
- (D) definem o fim de semana como período ideal para o exercício.
- (E) se referem explicitamente ao benefício do exercício para o cérebro.

03. Observando o texto, conclui-se que o autor inicia suas considerações com base em uma

- (A) ideia generalizante (*Todo mundo já sabia...*), evidenciando que um número expressivo de pessoas conhece os benefícios dos exercícios para prevenir a obesidade e o diabetes.
- (B) crença (*mas as explicações sobre por que essas recomendações funcionam permaneciam superficiais*), revelando desinformação das pessoas sobre a prevenção da obesidade e do diabetes.
- (C) argumentação falaciosa (*Agora finalmente começa a se entender por quê*) que, na realidade, revela a falta de informações objetivas e menos tendenciosas sobre a prevenção da obesidade e do diabetes.
- (D) informação imprecisa (*efeito benéfico do exercício é similar ao gerado pelo consumo de outro tipo de gordura*), advinda de suposições e não de estudos científicos sobre a prevenção da obesidade e do diabetes.
- (E) síntese ambígua (*a atividade física protege a região do cérebro que regula o apetite*), comprometendo que se entenda por que razão é importante prevenir a obesidade e o diabetes.

04. Assinale a alternativa em que a expressão em destaque, por ter valor adjetival, pode ser substituída por apenas uma palavra.

- (A) ... fazer exercícios físicos **com regularidade**...
- (B) ... a atividade física protege a região **do cérebro**...
- (C) ... que regula **o apetite**...
- (D) ... a que é atacada **pelas gorduras saturadas**...
- (E) **De acordo com** estudos recentes...

05. Em – ... o efeito benéfico do exercício é similar... – o sinônimo do termo **similar** é

- (A) diverso.
- (B) superior.
- (C) heterogêneo.
- (D) equivalente.
- (E) melhor.

06. O acidente vascular cerebral (AVC), conhecido como derrame, é uma das doenças que mais \_\_\_\_\_ no mundo. No Brasil \_\_\_\_\_ cerca de 100 mil óbitos por ano e \_\_\_\_\_ milhares de pessoas com sequelas \_\_\_\_\_. Para abrandar esse quadro, pesquisadores da empresa Insera Therapeutics, dos Estados Unidos, criaram um dispositivo para remover o coágulo que causa o entupimento do vaso no cérebro e provoca o AVC.

(Pesquisa Fapesp, julho de 2010)

Considerando os aspectos de concordância nominal e verbal na norma culta da língua portuguesa, os espaços devem ser preenchidos, correta e respectivamente, com:

- (A) matam ... é ... outras ... permanentes
- (B) mata ... são ... outros ... permanente
- (C) matam ... são ... outros ... permanentes
- (D) mata ... são ... outras ... permanente
- (E) mata ... é ... outras ... permanente

07. Leia a tira.



(Folha de S.Paulo, 29.05.2010)

O sentido de *piada infame*, explicitado no último quadrinho, é constituído textualmente por meio

- (A) de linguagem hiperbólica, sugerindo que o sucesso advém do desconhecido. Explicita-se, dessa forma, em uma atitude atualmente denominada de empreendedora, que um profissional deve atuar em mais de uma área.
- (B) do bom humor que deve pautar as relações humanas. Sugere-se, dessa forma, em uma atitude atualmente denominada de politicamente correta, que médicos são tão bons para produzir letras de música quanto os próprios músicos.
- (C) de crítica áspera à letra dos médicos. Explicita-se, dessa forma, em uma atitude atualmente denominada de antiética, que os médicos são desorganizados e maus cumpridores de suas obrigações profissionais.
- (D) do duplo sentido que assume a expressão “a letra”. Dessa forma, em uma atitude politicamente incorreta, uma ideia subjacente é que os médicos escrevem de forma ilegível.
- (E) de incitação ao deboche coletivo, sugerindo que músicos e médicos não sabem escrever boas músicas. Tem-se, dessa forma, em um pensamento subjacente ao mote “cada um em seu quadrado”, que aos médicos cabe apenas clinicar.

Leia o poema de Manuel Bandeira para responder às questões de números 08 e 09.

*Pneumotórax*

Febre, hemoptise, dispneia e suores noturnos.  
A vida inteira que podia ter sido e que não foi.  
Tosse, tosse, tosse.  
Mandou chamar o médico:  
– Diga trinta e três.  
– Trinta e três . . . trinta e três . . . trinta e três . . .  
– Respire.

.....  
– O senhor tem uma escavação no pulmão esquerdo e o pulmão direito infiltrado.  
– Então, doutor, não é possível tentar o pneumotórax?  
– Não. A única coisa a fazer é tocar um tango argentino.

08. Ao referir-se a sua doença, vê-se que o poeta o faz com

- (A) sarcasmo e desdém.
- (B) ironia e bom humor.
- (C) melancolia e lamentação.
- (D) tristeza e medo.
- (E) seriedade e distanciamento.

09. Sobre a pontuação no texto, é correto afirmar que

- (A) As vírgulas em – *Febre, hemoptise, dispneia e suores noturnos*. – poderiam ser substituídas por pontos de interrogação, já que ficam subentendidas aí as perguntas do médico ao paciente.
- (B) O ponto final em – *Diga trinta e três*. – poderia ser substituído por ponto de interrogação, já que nessa frase fica explícita a pergunta que o médico faz ao doente que o mandara chamar.
- (C) As reticências em – *Trinta e três . . . trinta e três . . . trinta e três . . .* – sinalizam que o paciente atendera a solicitação do médico, enunciando as frases rapidamente. Por isso, as vírgulas poderiam substituir as reticências.
- (D) A segunda vírgula em – *Então, doutor, não é possível tentar o pneumotórax?* – poderia ser eliminada, já que o termo **doutor** é sujeito da oração e não pode ser separado do verbo com uma vírgula ou outro sinal de pontuação.
- (E) O primeiro ponto em – *Não. A única coisa a fazer é tocar um tango argentino*. – poderia ser substituído por vírgula, sem prejuízo ao entendimento ou à gramática da frase, pois se manteriam as mesmas funções sintáticas.

10. Determinado médico estava contratando uma secretária que, além das habilidades para o atendimento ao público, deveria dominar a norma padrão da língua. Em um teste que realizou com as secretárias, orientou-as sobre seu objetivo e pediu que escrevessem um texto curto. Os textos produzidos foram:

*Candidata W:* Sempre se interessei de trabalhar na área médica. Por isso, sempre pensei que quando começasse a trabalhar seria numa clínica dessa natureza.

*Candidata X:* Eu prefiro a área médica do que qualquer outra. Por isso, cheguei na conclusão que tenho mesmo de trabalhar numa clínica médica.

*Candidata Y:* Nos dizem que devemos ir atrás de nossos objetivos. Por isso, para mim trabalhar estou certa que tem de ser na área médica mesmo.

*Candidata Z:* Sempre tive consciência de que me sentiria realizada se trabalhasse na área médica. Por isso, busco trabalhar em clínicas dessa área.

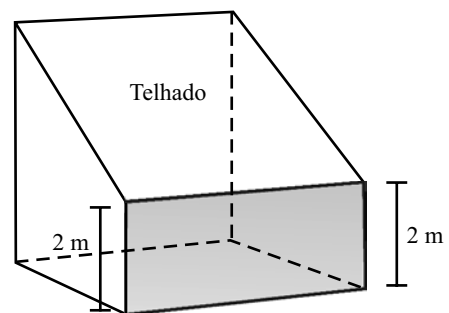
Considerando a questão do domínio de norma culta, é correto afirmar que o médico

- (A) deverá realizar outro teste com outras candidatas.
- (B) contratará a candidata W.
- (C) contratará a candidata X.
- (D) contratará a candidata Y.
- (E) contratará a candidata Z.

**MATEMÁTICA**

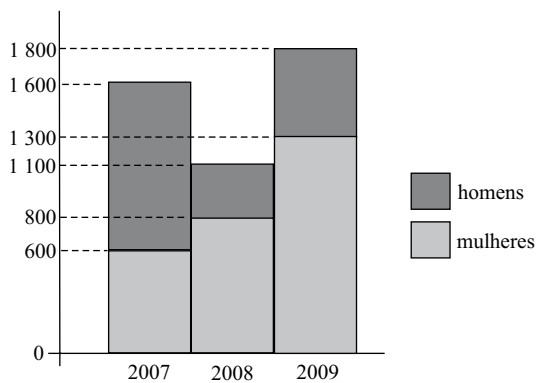
11. Em uma feira de ciências escolar, os alunos montaram uma maquete em que um edifício de 25 metros de altura é representado por uma caixa de fósforos de 5 centímetros de altura. Para obter a altura do prédio, deve-se multiplicar a altura da caixa de fósforos por
- (A) 50.  
(B) 100.  
(C) 500.  
(D) 1 000.  
(E) 5 000.
12. A população de um país é de  $1,4 \cdot 10^7$  habitantes, sendo que o seu Produto Interno Bruto (PIB) mensal médio, em reais, é igual a  $1,68 \cdot 10^{10}$ . O PIB médio mensal por habitante desse país, em reais, é igual a
- (A) 833,33.  
(B) 1.200,00.  
(C) 1.800,00.  
(D) 2.100,00.  
(E) 2.352,00.
13. Sendo  $x$ ,  $y$  e  $z$  inteiros positivos e distintos tais que  $x \cdot y \cdot z = 2\,001$ , a diferença entre o maior e o menor valor possível de  $x + y + z$ , nessa ordem, é
- (A) 137.  
(B) 560.  
(C) 572.  
(D) 616.  
(E) 1 332.
14. Um plano de telefonia celular da operadora A cobra R\$ 0,64 por minuto para os primeiros 100 minutos e R\$ 0,98 por minuto para os minutos seguintes. O plano da operadora B cobra R\$ 0,58 por minuto para os primeiros 50 minutos, R\$ 0,60 por minuto para os 50 minutos seguintes até o centésimo minuto e R\$ 1,18 por minuto para os minutos seguintes. Com relação à comparação de preços entre os dois planos, é correto afirmar que o da operadora
- (A) A é mais barato para qualquer quantidade de minutos.  
(B) B é mais barato apenas até 100 minutos de uso.  
(C) B é mais caro acima de 125 minutos de uso.  
(D) A é mais caro até 150 minutos de uso.  
(E) B é mais barato para qualquer quantidade de minutos.

15. Um professor aplicou duas provas, cada uma valendo 10. O combinado com seus alunos era que a média final de cada um seria calculada utilizando-se peso 1 na nota da primeira prova e peso 2 na nota da segunda prova. Na hora de fazer os cálculos da média de um aluno, o professor trocou os pesos entre as duas provas, obtendo média igual a 5. Corrigido o erro, a média do aluno subiu 1 ponto. Nas condições do problema, a nota que esse aluno tirou na segunda prova superou sua nota da primeira prova em
- (A) 60%.  
(B) 65%.  
(C) 70%.  
(D) 75%.  
(E) 80%.
16. Uma pessoa caminha em uma pista plana com a forma de triângulo retângulo. Ao dar uma volta completa na pista com velocidade constante de caminhada, ela percorre 600 e 800 metros nos trajetos correspondentes aos catetos da pista triangular, e o restante da caminhada ela completa em 10 minutos. A velocidade constante de caminhada dessa pessoa, em quilômetros por hora, é igual a
- (A) 3.  
(B) 4.  
(C) 5.  
(D) 6.  
(E) 7.
17. A figura indica um armazém, que foi projetado a partir de um cubo de aresta 5 metros, com telhado de inclinação constante.



- Desprezando-se a espessura das paredes e do telhado, a capacidade desse armazém, em litros, é de
- (A) 87 500.  
(B) 85 300.  
(C) 82 400.  
(D) 80 500.  
(E) 78 800.

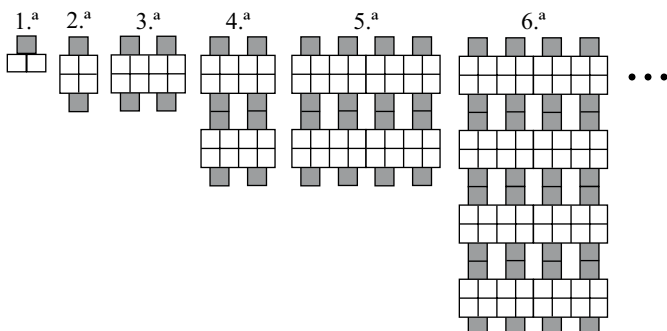
18. O gráfico indica o número de alunos ingressantes no vestibular de uma faculdade de 2007 a 2009.



Analisando o gráfico, é correto afirmar que

- (A) em 2007, 40% dos ingressantes eram mulheres.  
 (B) de 2008 para 2009, houve aumento de 300 homens.  
 (C) em 2008, ingressaram 8 homens para cada 11 mulheres.  
 (D) em 2007, ingressaram 5 homens para cada 3 mulheres.  
 (E) de 2007 para 2009, houve aumento de 12% de ingressantes.
19. Ao realizar exercício de corrida em uma pista, um atleta iniciou sua atividade disparando o cronômetro em 00:00:00 e finalizando em 00:25:24. O atleta correu durante toda a atividade, exceto de 00:19:55 a 00:21:46, intervalo de tempo em que caminhou. O tempo de exercício em que esse atleta permaneceu correndo foi de
- (A) 22 minutos e 33 segundos.  
 (B) 23 minutos e 15 segundos.  
 (C) 23 minutos e 33 segundos.  
 (D) 24 minutos e 15 segundos.  
 (E) 24 minutos e 17 segundos.

20. Observe atentamente as seis primeiras figuras de uma sequência que segue determinado padrão de formação.



O número de quadradinhos sombreados na 15.<sup>a</sup> figura será

- (A) 16 384.  
 (B) 15 234.  
 (C) 14 168.  
 (D) 10 892.  
 (E) 8 192.

## CONHECIMENTOS GERAIS

21. É correto afirmar que:

- (A) a lei penal retroagirá para beneficiar o réu.  
 (B) a lei prejudicará o direito adquirido se judicialmente reconhecida a sua validade.  
 (C) haverá Tribunal de exceção quando necessário aos imperativos do Estado de Direito.  
 (D) o júri popular será realizado de forma a garantir a publicidade das votações.  
 (E) a pena de perda de bens não pode ser aplicada no Brasil.

22. Analise as seguintes proposições:

- I. ninguém será processado nem sentenciado senão pela autoridade competente;  
 II. são admissíveis, no processo, as provas obtidas por meios ilícitos;  
 III. ninguém poderá ser compelido a associar-se ou a permanecer associado;  
 IV. a lei poderá excluir da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito.

São corretas apenas as proposições

- (A) I, II e III.  
 (B) I, II e IV.  
 (C) I e III.  
 (D) II e III.  
 (E) II, III e IV.

23. São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais:

- (A) seguro-desemprego, em caso de desemprego voluntário.  
 (B) piso salarial proporcional às horas trabalhadas.  
 (C) aviso prévio proporcional à complexidade e à extensão do trabalho.  
 (D) repouso semanal remunerado, sempre aos sábados e domingos.  
 (E) igualdade de direitos entre o trabalhador com vínculo empregatício permanente e o trabalhador avulso.

24. Compete aos Municípios legislar sobre:

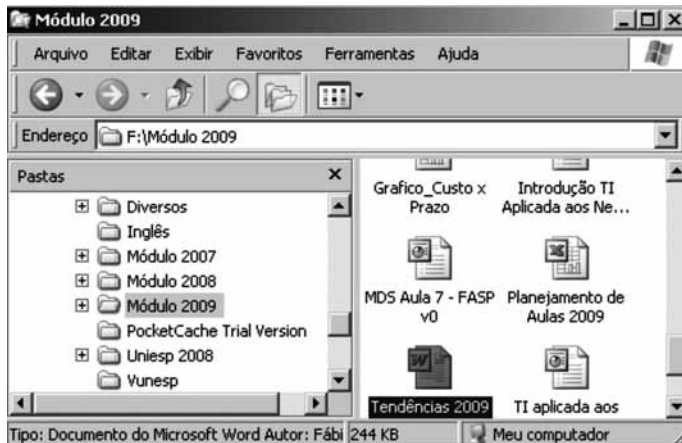
- (A) direito penal.  
 (B) assuntos de interesse local.  
 (C) direito processual civil.  
 (D) direito processual penal.  
 (E) direito econômico.

25. É correto afirmar que:

- (A) o casamento religioso não pode gerar efeitos civis.  
 (B) a união estável não pode ser reconhecida como entidade familiar.  
 (C) os direitos e deveres referentes à sociedade conjugal são exercidos igualmente pelo homem e pela mulher.  
 (D) a Constituição Federal expressamente autoriza a união estável de pessoas do mesmo sexo.  
 (E) com as últimas alterações legislativas, o divórcio foi extinto no Brasil.

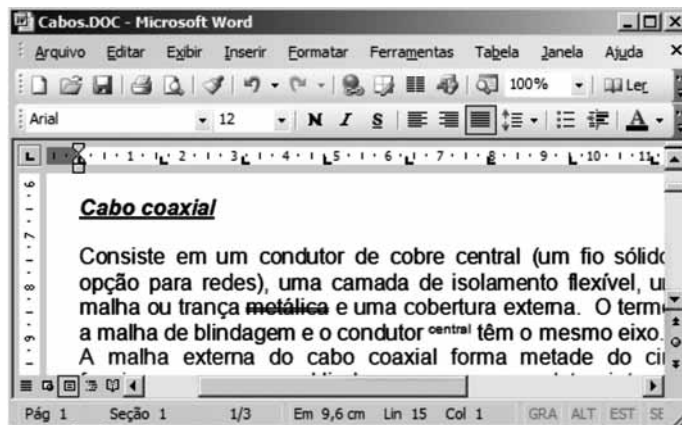
NOÇÕES DE INFORMÁTICA

26. Baseando-se na figura, assinale a alternativa correta sobre o Windows Explorer do Windows XP, na sua configuração padrão.



- (A) O arquivo Planejamento de Aulas 2009 é uma pasta de trabalho do MS-Excel 2003.
- (B) A pasta Módulo 2009 encontra-se no disco rígido principal do computador.
- (C) A pasta Uniesp 2008 não possui subpastas.
- (D) Todas as pastas exibidas no painel esquerdo encontram-se em F:\Módulo 2009.
- (E) O arquivo MDS Aula 7 – FASP v0 é um banco de dados MS-Access 2003.

27. Observe a figura que exibe um documento do MS-Word 2003, em sua configuração original, e assinale a alternativa correta.



- (A) Na barra de formatação, nota-se que o alinhamento aplicado no texto é o Alinhar à esquerda.
- (B) O modo de exibição é o Layout de impressão.
- (C) O documento possui uma página e uma seção.
- (D) A largura da página é de 9,6 cm, sendo que o documento possui 15 linhas no total.
- (E) O título Cabo coaxial está formatado com efeito tachado simples, sobrescrito e estilo itálico.

28. Considerando que os valores apresentados na figura estão inseridos numa planilha do MS-Excel 2003, assinale a alternativa com o resultado da fórmula a ser digitada na célula M6:

=SE(E(K2>4;L3<8);MEDIA(L2:M4);SOMA(K4;L2;M3))

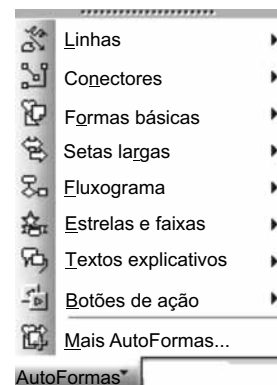
- (A) 5
- (B) 5,5
- (C) 15
- (D) 28
- (E) 45

	J	K	L	M
1				
2		4	5	6
3		3	7	2
4		8	1	6
5				
6				
7				

29. No MS-PowerPoint 2003, na sua configuração padrão, o objeto

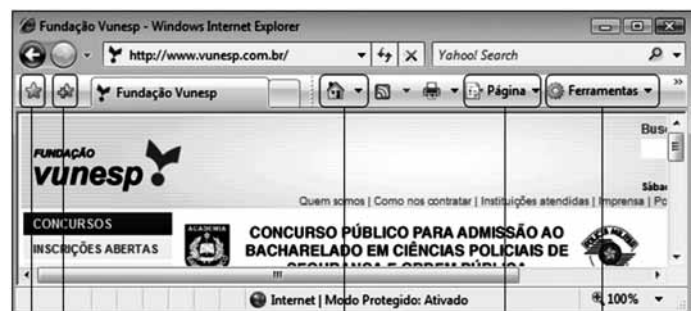


é encontrado na seguinte opção de AutoFormas exposta na figura:



- (A) Conectores.
- (B) Formas básicas.
- (C) Setas largas.
- (D) Fluxograma.
- (E) Botões de ação.

30. Baseando-se na figura, para enviar por e-mail o URL como um link, é necessário entrar na seguinte opção do Internet Explorer 7:



I II III IV V

- (A) I.
- (B) II.
- (C) III.
- (D) IV.
- (E) V.

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

31. O Decreto n.º 48.405, de 6 de janeiro de 2004, institui o PUBNET, como sendo o sistema
- (A) vinculado à BEC, por meio do qual são publicados os resultados das negociações concluídas na Bolsa.
  - (B) de compras eletrônicas da Imprensa Oficial do Estado – IMESP.
  - (C) vinculado à Secretaria de Gestão Pública do Estado de São Paulo, por meio do qual são publicados os resultados dos pregões realizados no Estado.
  - (D) de remessa de matérias para publicação no Diário Oficial.
  - (E) por meio do qual são publicados os resultados dos pregões realizados no Compranet.
32. O Decreto n.º 48.405, de 6 de janeiro de 2004, institui o sistema denominado “e-negociospúblicos”, destinado
- (A) à publicação de artigos e textos científicos que tratem de temas relacionados ao governo eletrônico, com foco nas compras e contratações públicas.
  - (B) ao estabelecimento de um canal de comunicação interativo com os fornecedores do Estado.
  - (C) à pesquisa de oportunidades de negócios para os órgãos da Administração Pública Estadual.
  - (D) a apoiar o aprimoramento contínuo e a expansão do alcance das atividades operacionais da BEC.
  - (E) à divulgação dos textos integrais dos editais de licitações públicas, nas diversas modalidades, inclusive pregão.
33. A Bolsa Eletrônica de Compras do Estado de São Paulo – BEC/SP, é definida, pela legislação estadual, como o
- (A) portal do Pregão Eletrônico do Governo do Estado de São Paulo.
  - (B) sistema competitivo eletrônico para compra de bens para entrega imediata.
  - (C) sistema eletrônico de gestão de licitações, em quaisquer modalidades, para compra de bens para entrega imediata.
  - (D) sistema competitivo eletrônico para compra de bens para entregas parceladas.
  - (E) sistema eletrônico de gestão de licitações, nas modalidades Tomada de Preços e Concorrência, para compra de bens para entregas parceladas.
34. O Governo do Estado de São Paulo estipula, por instrumentos normativos competentes, a obrigatoriedade de utilizar o sistema da BEC, na seguinte circunstância:
- (A) dentro do limite da modalidade de Tomada de Preços, para aquisição de bens com entrega parcelada, quando envolver valor superior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais).
  - (B) dentro do limite da modalidade de Pregão Eletrônico, para aquisição de bens com entrega imediata, quando envolver valor superior a R\$ 8.000,00 (oito mil reais) e inferior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais).
  - (C) dentro do limite da dispensa de licitação e da modalidade de Convite, para aquisição de bens com entrega imediata, quando envolver valor superior a R\$ 600,00 (seiscentos reais).
  - (D) dentro do limite da dispensa de licitação e da modalidade de Convite, para aquisição de bens com entrega parcelada, quando envolver valor superior a R\$ 2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais).
  - (E) dentro do limite da modalidade de Convite, para aquisição de bens com entrega parcelada, quando envolver valor superior a R\$ 8.000,00 (oito mil reais).
35. A frase a seguir expressa a definição do pregão eletrônico. “Pregão eletrônico é \_\_\_\_\_, do \_\_\_\_\_, em que a disputa pelo fornecimento de bens ou pela prestação de serviços \_\_\_\_\_, independentemente do valor, é feita com a utilização de recursos de tecnologia da informação que promovam a comunicação \_\_\_\_\_.”
- Assinale a alternativa que, correta e respectivamente, preenche as lacunas.
- (A) a modalidade de licitação ... tipo menor preço ... comuns ... pela Internet
  - (B) o tipo de licitação ... Estado ... de engenharia ... por órgãos oficiais
  - (C) o processo de licitação ... tipo menor preço ... de terceiros ... pela Internet
  - (D) o sistema de licitação ... Estado ... essenciais ... por jornais de grande circulação
  - (E) o modo de licitação ... Governo ... básicos ... pela Internet
36. As normas legais estaduais, que dispõem sobre a realização do pregão eletrônico no âmbito da Administração Pública do Estado de São Paulo, estabelecem que as pessoas interessadas em contratar com a Administração Estadual deverão
- (A) comprovar, previamente à apresentação das propostas de preços, idoneidade jurídico-tributária.
  - (B) habilitar-se, previamente à realização do pregão, apresentando a documentação prevista em edital.
  - (C) comprometer-se a comprovar habilitação, caso seja declarado vencedor, apresentando a documentação prevista em edital, sob pena de desclassificação.
  - (D) estar registradas e seus representantes credenciados no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado de São Paulo – CAUFESP.
  - (E) estar registradas e seus representantes credenciados no Departamento de Controle de Contratações Eletrônicas – DCC, da Coordenadoria de Entidades Descentralizadas e de Contratações Eletrônicas do Estado de São Paulo.



**37. CADTERC é**

- (A) o Conselho de Administração dos Serviços Terceirizados, órgão assessor da Secretaria de Gestão Pública do Governo do Estado de São Paulo.
- (B) a Comissão de Administração e Controle dos Serviços Terceirizados, equipe integrada por representantes de grande número de órgãos da administração do Estado, presidida pelo Secretário de Gestão Pública.
- (C) o Cadastro de Serviços Terceirizados, banco de dados sob a responsabilidade da Corregedoria Geral de Administração, do Governo do Estado de São Paulo.
- (D) o Conselho Administrativo da Terceirização de Serviços Públicos, órgão assessor da Secretaria de Gestão Pública do Governo do Estado.
- (E) a Corregedoria Administrativa da Terceirização de Contratos, vinculada à Casa Civil.

**38. O estatuto jurídico das licitações e contratos pertinentes a obras, serviços, compras, alienações, concessões e locações no âmbito da Administração Centralizada e Autárquica do Governo do Estado de São Paulo estipula que as licitações do tipo “melhor técnica” e “técnica e preço” terão início com**

- (A) o registro das propostas técnicas e de preços, para serem posteriormente analisadas e julgadas pela Comissão de Licitação.
- (B) a abertura das propostas técnicas, as quais serão analisadas e julgadas pela Comissão de Licitação.
- (C) a habilitação das propostas técnicas, para serem avaliadas por equipe técnica competente, designada pela Comissão de Licitação.
- (D) a abertura das propostas de preços, para definir a ordem de abertura das propostas técnicas.
- (E) a homologação, pela Comissão de Licitação, dos laudos técnicos emitidos pela equipe técnica assessora.

**39. Assinale a alternativa que define o que seja o Sistema de Registro de Preços, previsto na legislação reguladora das compras e contratações públicas no Brasil.**

- (A) É o conjunto de procedimentos para a aquisição de bens e a contratação de serviços, pelo menor preço alcançado no processo de licitação.
- (B) É o conjunto de procedimentos para a contratação de bens e serviços pela Administração Pública, para entregas futuras.
- (C) É o conjunto de procedimentos para cálculo dos preços de referência, que irão nortear a elaboração dos editais de licitação.
- (D) É o conjunto de procedimentos para registro formal de preços relativos à prestação de serviços e à aquisição de bens, para contratações futuras.
- (E) É o conjunto de procedimentos para os registros das propostas de preços apresentadas pelas empresas participantes de pregões, eletrônicos e presenciais.

**40. O artigo 65 da Lei n.º 8.666/93, versão atualizada, estabelece condições para que os contratos regidos pela Lei sejam alterados. Assinale a alternativa que, corretamente, aponta condição para a Administração alterar unilateralmente o contrato.**

- (A) Quando for conveniente a substituição da garantia de execução.
- (B) Quando necessária a modificação do regime de execução da obra ou serviço, bem como do modo de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários.
- (C) Quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado, vedada a antecipação do pagamento, com relação ao cronograma financeiro fixado, sem a correspondente contraprestação de fornecimento de bens ou execução de obra ou serviço.
- (D) Para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.
- (E) Quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos.

**41. O inciso II, do § 2.º do artigo 46 da Lei n.º 8.666/93, versão atualizada, estabelece procedimentos para classificação dos proponentes nas licitações do tipo técnica e preço. Assinale a alternativa que expressa corretamente o procedimento que deve ser adotado.**

- (A) A classificação dos proponentes far-se-á de acordo com a média ponderada das valorizações das propostas técnicas e de preço, de acordo com os pesos preestabelecidos no instrumento convocatório.
- (B) A classificação dos proponentes far-se-á de acordo com a média aritmética simples das valorizações das propostas técnicas e de preço, de acordo com o estabelecido no instrumento convocatório.
- (C) A classificação dos proponentes far-se-á de acordo com a média ponderada das valorizações das propostas técnicas e de preço, de acordo com os pesos ajustados pelas partes no ato do julgamento.
- (D) A classificação dos proponentes far-se-á de acordo com a média aritmética simples das valorizações das propostas técnicas e de preço, de acordo com o ajustado pelas partes no ato da abertura do certame.
- (E) A classificação dos proponentes far-se-á de acordo com a média aritmética simples das valorizações das propostas técnicas e de preço, de acordo com o estabelecido pela comissão de licitação no ato do julgamento.

42. O artigo 25 da Lei n.º 8.666/93, versão atualizada, estabelece as condições para a inexigibilidade de licitação.
- Assinale a alternativa que corresponde a uma condição para inexigibilidade.
- (A) Na contratação realizada por Instituição Científica e Tecnológica – ICT ou por agência de fomento para a transferência de tecnologia e para o licenciamento de direito de uso ou de exploração de criação protegida.
- (B) Para a celebração de contratos de prestação de serviços com as organizações sociais, qualificadas no âmbito das respectivas esferas de governo, para atividades contempladas no contrato de gestão.
- (C) Para contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou por meio de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.
- (D) Na contratação de fornecimento ou suprimento de energia elétrica e gás natural com concessionário, permissionário ou autorizado, segundo as normas da legislação específica.
- (E) Para a aquisição de bens destinados exclusivamente à pesquisa científica e tecnológica, com recursos concedidos pela CAPES, FINEP, CNPq ou outras instituições de fomento a pesquisa, credenciadas pelo CNPq para esse fim específico.
43. O § 2.º do Artigo 21 da Lei n.º 8.666/93, com redação dada pela Lei n.º 8.883/94, fixa os prazos mínimos até o recebimento das propostas ou da realização do evento. Associe os prazos contidos na coluna da esquerda da tabela seguinte com os respectivos eventos, relacionados na coluna da direita e selecione a alternativa correta.
- |                          |  |
|--------------------------|--|
| a. Quarenta e cinco dias | I. Convite.  |
|                          | II. Leilão.  |
| b. Trinta dias           | III. Concorrência, quando o contrato a ser celebrado contemplar o regime de empreitada integral ou quando a licitação for do tipo “melhor técnica” ou “técnica e preço”. |
| c. Quinze dias           |  |
| d. Cinco dias úteis      | IV. Tomada de preços, quando a licitação for do tipo “melhor técnica” ou “técnica e preço”.  |
- (A) a-I; b-II; c-III; d-IV.
- (B) a-III; b-IV; c-II; d-I.
- (C) a-IV; b-III; c-II; d-I.
- (D) a-II; b-III; c-IV; d-I.
- (E) a-II; b-IV; c-III; d-I.
44. Assinale a alternativa que relaciona os princípios que devem nortear o processamento e o julgamento da licitação, conforme estabelecido no artigo 3.º da Lei n.º 8.666/93, redação dada pela Medida Provisória n.º 495, de 2010.
- (A) Isonomia, ética, respeito ao erário público, eficiência, individualidade, justiça, igualdade e legalidade.
- (B) Isonomia, moralidade, eficiência, legalidade, justiça, equidade, eficácia e tratamento respeitoso.
- (C) Legalidade, impessoalidade, moralidade, igualdade, publicidade, probidade administrativa, vinculação ao instrumento convocatório e julgamento objetivo.
- (D) Legalidade, impessoalidade, moralidade, igualdade, publicidade, justiça, equidade, eficiência e eficácia.
- (E) Isonomia, moralidade, ética, justiça, equidade, eficiência, probidade administrativa, vinculação ao instrumento convocatório e julgamento objetivo.
45. O parágrafo segundo, artigo terceiro, da Lei n.º 8.666/93, redação dada pela Medida Provisória n.º 495, de 2010, estipula que em igualdade de condições, como critério de desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços
- (A) produzidos ou prestados por empresas brasileiras de capital nacional; produzidos ou prestados por empresas brasileiras; produzidos no país.
- (B) produzidos no país; produzidos ou prestados por empresas brasileiras; produzidos ou prestados por empresas brasileiras de capital nacional.
- (C) produzidos ou prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País; produzidos ou prestados por empresas brasileiras; produzidos no país.
- (D) produzidos no país; produzidos ou prestados por empresas brasileiras; produzidos ou prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País.
- (E) produzidos ou prestados por empresas brasileiras de capital nacional; produzidos ou prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País; produzidos ou prestados por empresas brasileiras.
46. Sobre o momento de entrega do envelope de habilitação – invólucro contendo os documentos de habilitação –, pode-se depreender da leitura da Lei n.º 10.520/02 que ocorrerá
- (A) após a apresentação e exame das propostas.
- (B) antes da apresentação e exame das propostas.
- (C) junto com a entrega das propostas.
- (D) antes da entrega das propostas
- (E) durante a sessão pública para o recebimento das propostas
47. Da leitura da Lei n.º 10.520/02, constata-se que o pregão é uma forma de leilão para \_\_\_\_\_ bens e serviços comuns.
- Assinale a alternativa que, corretamente, preenche a lacuna.
- (A) alienar
- (B) adquirir
- (C) alugar
- (D) conceder
- (E) adjudicar

48. Segundo a Lei n.º 10.520/02, a fase externa do pregão tem início com a
- (A) realização de sessão pública para recebimento das propostas.
  - (B) apresentação pelos interessados de declaração dando ciência de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação.
  - (C) convocação dos interessados.
  - (D) apresentação da justificativa, pela autoridade competente, da necessidade de contratação.
  - (E) definição do objeto do certame.
49. Segundo a Lei n.º 10.520/02, declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido prazo para apresentação das razões do recurso.
- Assinale a alternativa que indica, corretamente, esse prazo, em horas.
- (A) 24.
  - (B) 36.
  - (C) 48.
  - (D) 60.
  - (E) 72.
50. Sobre os processos administrativos, previstos na Lei n.º 9.784/99, de que resultem sanções, assinale a alternativa correta.
- (A) Não poderão ser revistos, salvo quando de ofício.
  - (B) Não poderão ser revistos, salvo quando a pedido do interessado.
  - (C) Da revisão do processo poderá resultar agravamento da sanção.
  - (D) Poderão ser revistos, a qualquer tempo, quando surgirem fatos novos ou circunstâncias relevantes suscetíveis de justificar a inadequação da sanção aplicada.
  - (E) Poderão ser revistos dentro de, no máximo, dois anos, a pedido ou de ofício.
51. A Lei n.º 9.784/99 estipula normas básicas sobre o processo administrativo no âmbito da Administração Federal direta e indireta, visando, em especial, à proteção dos direitos dos administrados e ao melhor cumprimento dos fins da Administração. Nos processos administrativos, serão observados, entre outros, os critérios de
- (A) garantia da promoção pessoal de agentes ou autoridades, desde que ressalvada a objetividade no atendimento do interesse público.
  - (B) divulgação oficial dos atos administrativos, sempre por intermédio da imprensa oficial.
  - (C) impulso, de ofício, do processo administrativo, sem prejuízo da atuação dos interessados.
  - (D) adequação entre meios e fins, vedada a imposição de obrigações, restrições e sanções de qualquer tipo.
  - (E) adoção de formas simples, suficientes para propiciar adequado uso do recurso público.
52. A Lei n.º 9.784/99 estabelece que o administrado tem os seguintes direitos perante a Administração, sem prejuízo de outros que lhe sejam assegurados:
- I. ser tratado com respeito pelas autoridades e servidores, que deverão facilitar o exercício de seus direitos e o cumprimento de suas obrigações;
  - II. ter ciência da tramitação dos processos administrativos em que tenha a condição de interessado, ter vista dos autos, obter cópias de documentos neles contidos e conhecer as decisões proferidas;
  - III. formular alegações e apresentar documentos antes da decisão, os quais serão objeto de consideração pelo órgão competente;
  - IV. fazer-se assistir, obrigatoriamente, por advogado, salvo quando obrigatória a representação pessoal, por força de lei.
- Assinale a alternativa que, corretamente, indica apenas direitos assegurados.
- (A) I, II e III.
  - (B) I, II e IV.
  - (C) I, III e IV.
  - (D) II e IV.
  - (E) II, III e IV.
53. Segundo a Lei n.º 9.784/99, em seu capítulo VI, estabelece que a competência é \_\_\_\_\_ e se exerce pelos órgãos administrativos a que foi atribuída como própria, salvo os casos de \_\_\_\_\_ e \_\_\_\_\_ legalmente admitidos.
- Assinale a alternativa que preenche, correta e respectivamente, as lacunas.
- (A) exclusiva ... interdição ... avocação
  - (B) compulsória ... interdição ... proibição
  - (C) facultativa ... delegação ... imposição
  - (D) irrenunciável ... delegação ... avocação
  - (E) irrenunciável ... outorga ... imposição
54. Assinale a alternativa que, corretamente, aponta condições previstas pela Lei n.º 9.784/99 quanto a forma, tempo e lugar dos atos do processo administrativo.
- (A) Os atos do processo administrativo não dependem de forma determinada.
  - (B) A autenticação de documentos exigidos em cópia poderá ser feita pelo órgão administrativo.
  - (C) Os atos do processo administrativo deverão ser concluídos dentro do horário normal de funcionamento da repartição na qual tramitar o processo.
  - (D) Os atos do órgão ou autoridade responsável pelo processo e dos administrados que dele participem devem ser praticados no prazo de dez dias.
  - (E) Os atos do processo devem realizar-se preferencialmente fora da sede da unidade de atuação do interessado.

55. Segundo a Lei n.º 9.784/99, o direito da Administração de anular os atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis para os destinatários decai em \_\_\_\_\_ meses, contados da data em que foram praticados, salvo comprovada má-fé.  
Assinale a alternativa que preenche corretamente a lacuna.
- (A) dezoito  
(B) vinte e quatro  
(C) trinta e seis  
(D) quarenta e oito  
(E) sessenta
56. As normas da Lei Estadual n.º 10.294/99 visam à tutela dos direitos do usuário e aplicam-se aos serviços públicos prestados pela
- (A) Administração Pública direta; pelos órgãos do Ministério Público, quando no desempenho de função administrativa; por particular, mediante concessão.  
(B) Administração Pública fundacional; pelos órgãos do Ministério Público, quando no desempenho de função jurídica; por particular, mediante permissão.  
(C) Administração Pública indireta; pelos órgãos do Ministério Público, quando no desempenho de função jurídica; por particular, mediante autorização.  
(D) Administração Pública direta; pelos órgãos do Ministério Público, quando no desempenho de função administrativa; por particular, mediante qualquer forma de delegação por ato legislativo.  
(E) Administração Pública fundacional; pelos órgãos do Ministério Público, quando no desempenho de função administrativa; por particular, mediante qualquer forma de delegação por ato jurídico.
57. Segundo a Lei Estadual n.º 10.294/99, compete à Ouvidoria avaliar a procedência de sugestões, reclamações e denúncias e encaminhá-las às autoridades competentes, inclusive à Comissão de Ética, visando à:
- I. melhoria dos serviços públicos;  
II. correção de erros, omissões, desvios ou abusos na prestação dos serviços públicos;  
III. apuração de atos de indisciplina e imoralidade administrativa;  
IV. punição e correção de atos e procedimentos incompatíveis com as funções do cargo público;  
V. proteção dos direitos dos usuários.
- Sobre competências da Ouvidoria, está correto apenas o contido em
- (A) I, II e III.  
(B) I, II, e IV.  
(C) I, II e V.  
(D) II, III e IV.  
(E) II, III e V.
58. A Lei Estadual n.º 10.294/99, em seu artigo 3.º, assegura que são direitos básicos do usuário: \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ na prestação do serviço e \_\_\_\_\_ adequado do serviço público.  
Assinale a alternativa que preenche correta e respectivamente as lacunas.
- (A) a qualidade ... a presteza ... o controle  
(B) a qualidade ... a eficácia ... o controle  
(C) a eficiência ... a impessoalidade ... o acesso  
(D) a informação ... a qualidade ... o controle  
(E) a informação ... a impessoalidade ... o acesso
59. O processo administrativo para apuração de ato ofensivo às normas da Lei Estadual n.º 10.294/99 será instaurado de ofício ou mediante representação de qualquer usuário de serviço público, por requerimento dirigido à(ao)
- (A) Comissão de Ética competente.  
(B) Ouvidoria competente.  
(C) Ministério Público.  
(D) Promotoria Pública.  
(E) Fundação de Proteção e Defesa do Consumidor.
60. O órgão responsável pela apuração de infração às normas previstas na Lei Estadual n.º 10.294/99 deverá proferir a decisão que, conforme o caso, poderá determinar:
- I. o arquivamento dos autos, sem prejuízo de sanção administrativa;  
II. o encaminhamento dos autos aos órgãos competentes para apurar os ilícitos administrativo, civil e criminal, se for o caso;  
III. a elaboração de sugestões para melhoria dos serviços públicos, bem como proteção dos direitos dos usuários.
- Está correto o contido em
- (A) I, apenas.  
(B) II, apenas.  
(C) III, apenas.  
(D) I e III, apenas.  
(E) II e III, apenas.